





**AUDIÊNCIA PÚBLICA
APRESENTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS**

**Prestação de Contas
2º Semestre de 2021**

Administração

Nezita Martins Neta

Prefeita



Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos a Avaliação de Contas Consolidadas, demonstrado em Audiência Pública realizada na Prefeitura Municipal do Monte Santo do Tocantins, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, como também tratativas relacionadas ao Art. 36, § 5º da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, o qual determina que gestores deverão prestar contas.

Os números são originários dos relatórios Semestrais publicados na página <http://www.montesanto.to.gov.br>, enviados ao TCE/TO. e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita e da despesa.



Princípios Básicos

- **Equilíbrio Fiscal:** busca o equilíbrio nas contas públicas;
- **Planejamento:** previsão de políticas e ações públicas para atingir os objetivos, diretrizes e programas de governo;
- **Transparência e controle social:** responsabilidade na gestão, divulgação e prestação de contas das ações realizadas.

RECEITAS

Receitas Correntes

Receitas de Capital

Receita Corrente Líquida

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITA

(LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

TÍTULOS	PREVISÃO ATUALIZADAS	2º Semestre 2021	
		RECEITAS REALIZADAS	%
RECEITAS CORRENTES			
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	770.580,37	661.539,44	85,85
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	436.287,38	435.252,38	99,76
RECEITA PATRIMONIAL	255.385,65	92.586,66	36,25
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.081,58	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.353.558,94	14.965.708,38	86,24
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
TOTAL	18.816.893,92	16.155.086,86	85,85
RECEITAS DE CAPITAL			
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00	0,00
TRANSF. DE CONVENIOS DA UNIÃO	14.965.708,38	1.168.663,46	51,96
TRANSF DE CONVENIOS DOS ESTADOS	324.472,50	247.664,50	76,33
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.573.675,96	1.416.327,96	55,03
TOTAL DA RECEITAS	21.390.569,88	17.571.414,82	82,15

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DESPESA

(LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

TÍTULOS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	2º Semestre 2021	
		Despesas Liquidadas	SALDO
DESPESAS CORRENTES			
DESPESAS CORRENTES	7.362.990,77	7.361.674,37	1.316,40
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.362.990,77	7.361.674,37	1.316,40
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.980.986,99	6.978.117,84	2.869,15
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	6.980.986,99	6.980.986,99	2.869,15
TOTAL	14.343.977,76	14.339.792,21	4.185,55
DESPESAS DE CAPITAL			
INVESTIMENTOS	2.459.927,34	777.176,11	1.682.751,23
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	509.131,34	186.992,5	322.138,79
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	381.440,78	381.440,78	0,00
TOTAL	3.350.499,46	1.345.609,44	2.004.890,02
TOTAL DESPESAS	17.694.477,22	15.685.401,65	2.009.075,57

Metas Fiscais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

(LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

SUPERÁVIT/DÉFICIT ORÇAMENTARIO

Receitas Realizadas – Despesas Executadas	Exercício 2021
RECEITAS REALIZADAS ATE 2º Semestre	17.571.414,82
DESPEAS LIQUIDADA ATÉ 2º Semestre	15.685.401,65
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	1.886.013,17

Sendo assim, **déficit orçamentário**, também chamado de **déficit** público, é quando o governo gasta mais do que arrecada. O conceito de **déficit orçamentário** pode ser usado tanto nos gastos do governo, quanto em empresas privadas. ... Enfim, o oposto do **déficit** é o **superávit**, onde o governo gastou menos do que foi arrecadado.

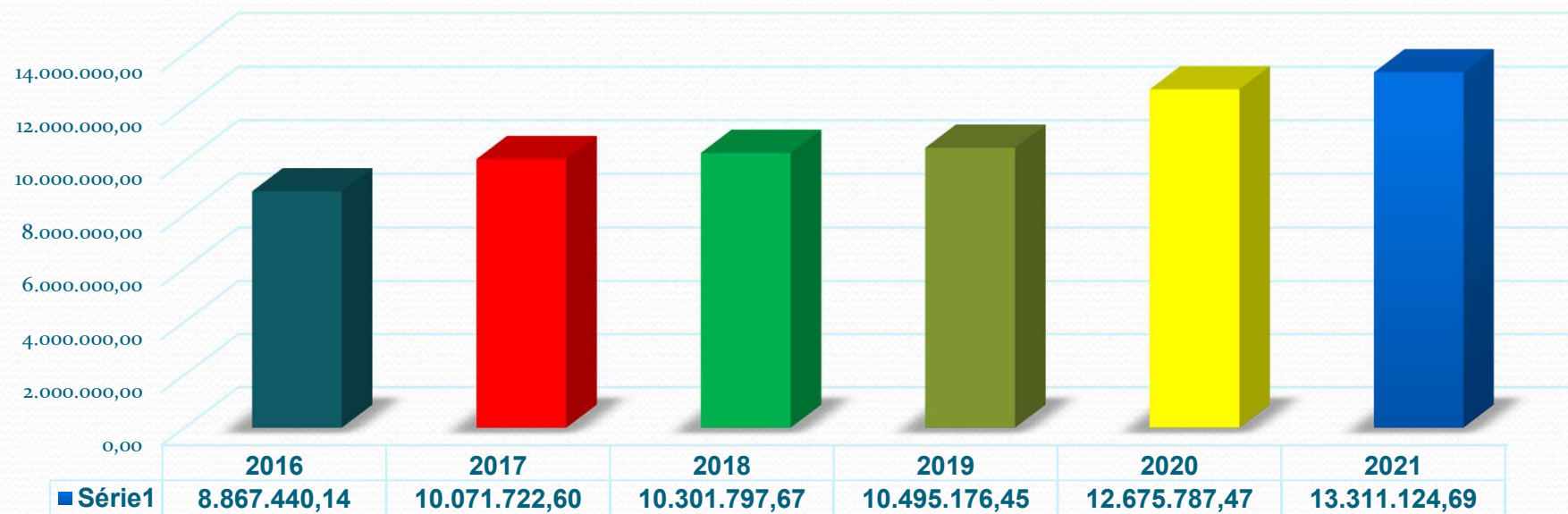
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA

Nos Últimos 12 Meses	Receita Corrente Líquida
Janeiro 2021	863.952,91
Fevereiro 2021	1.259.323,08
Março 2021	1.033.333,08
Abril 2021	972.048,41
Mai 2021	1.149.747,32
Junho 2021	1.119.549,02
Julho 2021	1.591.590,34
Agosto 2021	2.623.559,48
Setembro 2021	990.499,10
Outubro 2021	1.187.559,69
Novembro 2021	1.141.701,72
Dezembro 2021	1.761.920,85
TOTAL RECEITA	15.694.785,00
Previsão Atualizada 2021	19.685.743,43

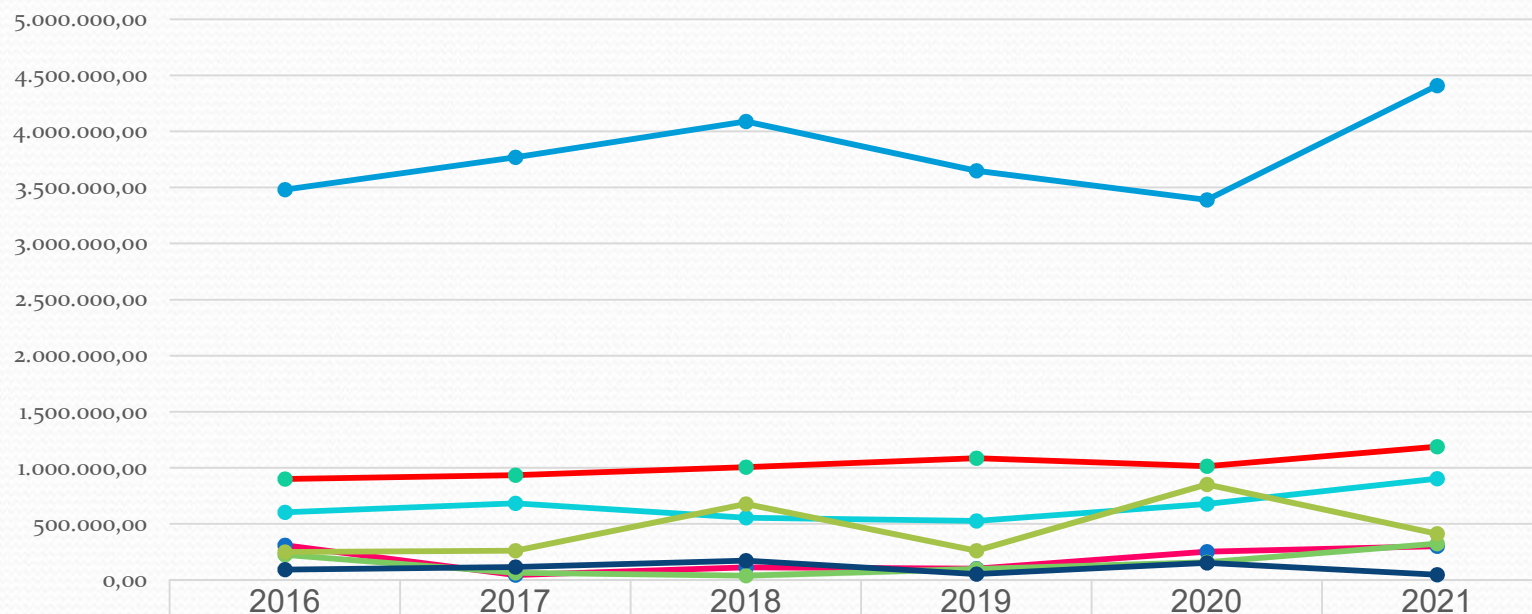
Evolução da Receita Corrente Líquida - RCL

2º Semestre de cada exercício financeiro (2016 à 2021)



Evolução da Receita Corrente

2º Semestre de cada exercício financeiro (2016 à 2021)



	2016	2017	2018	2019	2020	2021
● Receita Tributária	310.032,83	43.878,79	112.413,71	101.375,26	251.350,27	298.897,09
● FPM	3.481.974,17	3.768.659,98	4.088.419,05	3.648.671,66	3.388.765,04	4.410.228,72
● ICMS	604.282,28	684.234,17	555.575,60	526.590,01	676.793,25	902.972,92
● FUNDEB	899.022,03	933.075,24	1.005.738,20	1.084.559,04	1.015.317,77	1.188.054,79
● Fundo a Fundo Educação	222.719,64	61.923,25	38.507,74	97.706,43	158.691,83	321.861,36
● Fundo a Fundo Saúde	249.962,05	261.445,18	677.772,36	260.117,93	851.355,44	411.540,55
● Fundo a Fundo Assistência	92.864,07	114.376,08	172.926,38	52.699,19	151.343,58	44.774,93

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

(LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	354.215,86	661.539,44
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRIT. URBANA – IPTU	10.815,75	987,58
IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS	108.157,51	131.296,80
IMPOSTO TRANSMISSAO"INTER-VIVOS" DE BENS IMOVEIS – ITBI	108.157,51	455.762,42
IMPOSTO S/ A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA –IR	116.269,32	65.062,24
OUTROS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	10.815,77	8.430,40
CONTTIBUIÇÕES	217.350,00	435.252,38
Receita Patrimonial	143.849,51	92.586,66
Transferências Correntes	10.823.537,36	14.965.708,38
Cota-Parte do FPM	6.900.448,51	9.437.621,66
Cota-Parte do ICMS	1.081.575,00	2.064.104,29
Cota-Parte do IPVA	86.526,0	92.248,29
Cota-Parte do ITR	54.078,75	55.002,65
Transferências da LC 87/1996	2.163,15	0,00
Transferências da LC 61/1989	2.163,15	5.754,42
Transferências do FUNDEB	2.163.150,00	2.587.347,64
Outras Transferências Correntes	533.432,80	723.629,43
Demais Receitas Correntes	1.081,58	0,00
Receitas Correntes Restantes	1.081,58	0,00
Receita de Capital	1.188.697,50	723.629,43
Operações de Créditos	0,00	0,00
Convênios	1.188.697,50	723.629,43
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL	12.584.882,30	17.231.163,66

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

(LRF, art 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	REALIZADA PAGAS
DESPESAS CORRENTES	14.725.418,54	14.386.420,28
Pessoal e Encargos Sociais	7.744.431,55	7.444.167,80
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.980.986,99	6.942.252,48
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	14.725.418,54	14.386.420,28
DESPESAS DE CAPITAL	2.969.058,68	958.979,40
Investimentos	2.459.927,34	771.986,85
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	509.131,34	186.992,55
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	2.459.927,34	771.986,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL	17.185.345,88	15.158.407,13

Metas Fiscais

ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Referente ao 1º Trimestre de 2021.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	17.231.163,66
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	15.158.407,13
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	29.606,49
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (PAGOS (c))	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]	2.043.150,04

RESULTADO PRIMÁRIO - O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um Superávit Primário; caso seja negativa, tem-se um Déficit Primário.

Indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Metas Fiscais

ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Referente ao 2º Semestre de 2021.

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2020 (a)	Até o 3º (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	975.305,14	859.667,91
DEDUÇÕES (XXIX) (Disponibilidade de Caixa)	436.054,02	2.515.782,81
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	539.251,12	-1.656.114,90
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	2.195.366,02	

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) Referente ao 2º Semestre 2021

RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					SALDO TOTAL DOS RESTOS A PAGAR
	INSCRITOS		Pagos	SALDO	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	Cancelados	
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020			EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020				
PREFEITURA MUNICIPAL	149.641,90	7.492,93	29.606,49	127.528,34	183,88	0	0	0	183,88	127.528,34
FUNDO DE SAUDE – FMS	187.270,07	4.643,03		191.913,10	0	0	0	0	0	191.913,10
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS	16.481,68	882,83		17.364,51	0	0	0	0	0	17.364,51
FUNDO DE EDUCAÇÃO - FME	527,33	15.869,32		16.396,65	0	0	0	0	0	16.396,65
FUNDO DE PREVIDENCIA - MS-PREVI	7.755,34	3.748,50		11.503,84	0	0	0	0	0	11.503,84
TOTAL:	361.676,32	32.636,61	29.606,49	364.706,44	183,88	0,00	0,00	0,00	183,88	364.706,44

Os **restos a pagar** são classificados como processados e não processados. Os processados decorrem das despesas empenhadas e liquidadas, mas que, até 31 de dezembro, não foram **pagar**. Os não processados referem-se a despesas empenhadas que não alcançaram o estágio da liquidação.

Os empenhos que sorvem a conta de créditos com vigência plurienal, que não tenham sido liquidados, só serão **computados como Restos a Pagar no último ano** de vigência do crédito. Artigo 36, da Lei nº 4.320.

Limites Constitucionais e LRF

Receitas e Despesas Vinculadas à Manutenção do Ensino Fundamental – MDE 2021

Receitas Correntes e Transferências Constitucionais Legais.⁽³⁾	12.307.840,35
Cálculo dos 25% das Receitas	3.076.960,09
Total da Aplicação no MDE (Recursos Próprios)	3.467.091,80
Total da Aplicação no MDE	28,17%
SUPERÁVIT	3,17%
SALDO DA CONTA DO MDE	6.807,47

O Poder Executivo Municipal, até o 2º Semestre/2021, realizou gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino no montante de **R\$ 3.467.091,80**, representando **28,17%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, o que evidencia o cumprimento da aplicação de, no mínimo, 25% dessas receitas, como previsto no art. 212 da Constituição Federal.

Limites Constitucionais e LRF

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB (Com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica)

RECURSOS DO FUNDEB ⁽⁶⁾	2.590.428,02
APLICAÇÃO MÍNIMA - 70% ⁽¹⁹ⁱ⁾	1.813.299,61
MONTANTE APLICADO ^(19j)	1.968.346,56
TOTAL DA APLICAÇÃO NO FUNDEB ⁽¹⁹ⁱ⁾	75,99%
SUPERÁVIT	5,99%
SALDO DA CONTA DO FUNDEB 70/30	97.543,11

O Poder Executivo Municipal no 2º Semestre/2021, destinou dos recursos do FUNDEB, **R\$ 908.346,83**, para remuneração dos profissionais da educação básica, em efetivo exercício, representando **76,46%** do montante dos recursos do FUNDEB, o que evidencia o não cumprimento da aplicação de, **no mínimo, dos 70%** (setenta por cento) desses recursos, prevista na Lei Federal nº 14.113/2020, art. 26.

Limites Constitucionais e LRF

Receitas e Despesas Vinculadas à Ação e Serviço Públicos de Saúde – ASPS 2021

Total das Receitas Correntes e Transferências Constitucionais Legais (3ºb)	11.588.177,86
Cálculo dos 15% das Receitas (17)	1.738.226,68
Despesas Com Saúde (47e).	3.024.737,09
Recursos de Transferências do SUS (Deduções) (48)	(1.258.073,30)
Total da Aplicação na ASPS (Recursos Próprios) (49)	1.766.663,79
Total da Aplicação na ASPS (20)	15,05%
SUPERÁVIT	0,05%

Limite mínimo, fixado no art. 198, §2º, inc. III, e art. 77, inc. III do ADCT, da Constituição Federal, em gastos com ações e serviços públicos de saúde.DE

O limite mínimo de aplicação do produto da arrecadação dos impostos previstos no art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, alínea 'b' e §3º, da Constituição Federal, em Ações e Serviços Públicos de Saúde, a partir do exercício de 2004, é de 15% conforme dispõe a Constituição Federal, em seu art.198, §2º, inc. III e art. 77, inc. III, do ADCT.

Limites Constitucionais e LRF

Receitas e Despesas Vinculadas à Despesas Com Pessoal de JUL/2020 a JUN/2021.

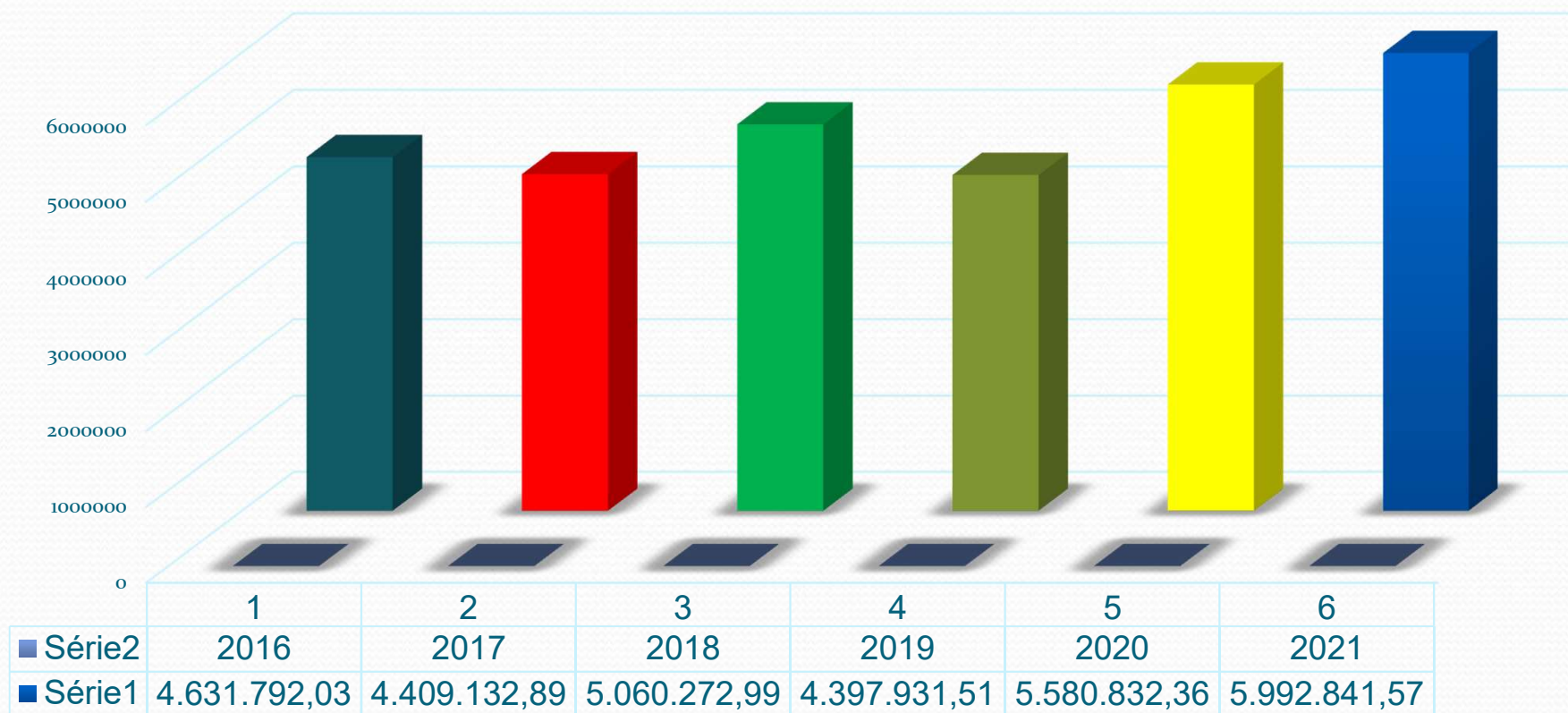
Receita Corrente Líquida RCL (R\$)	15.694.785,00
Limite Máximo de 54%	8.475.183,90
Limite Prudencial 51,30%	8.051.424,71
Despesa com Pessoal Realizada (R\$)	7.401.852,39
Total da aplicação %	47,16%

A despesa com pessoal foi de **R\$ 7.401.852,39**, correspondendo a **47,16%** da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL que cabe ao Poder Executivo, fixado no art. 20, III, 'b' da L.C. nº 101/2000.

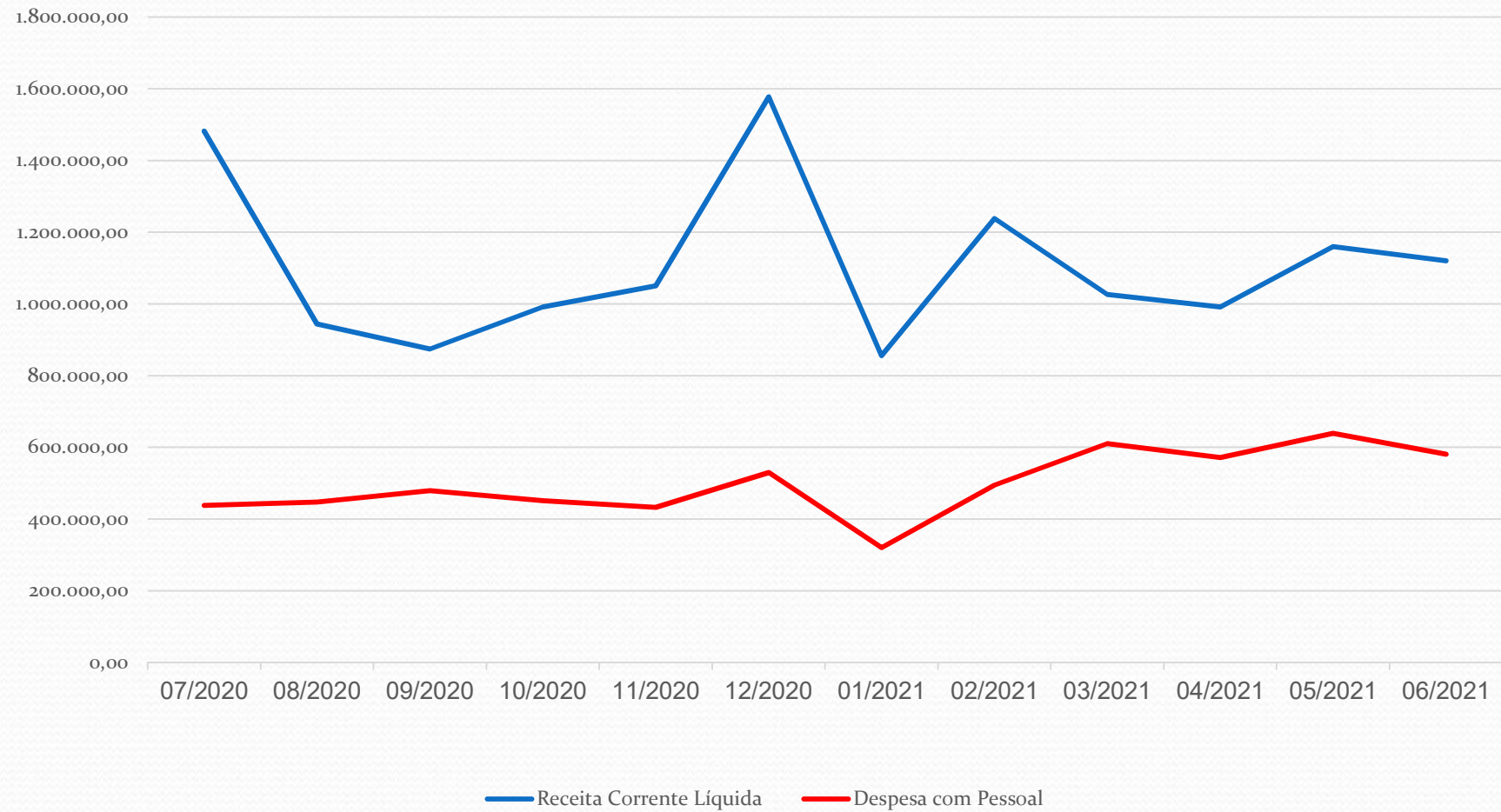
A LRF determina limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com a Lei, a despesa com **pessoal não pode ultrapassar 60% da RCL**, assim distribuídos: **54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.**

Evolução da Despesa com Pessoal

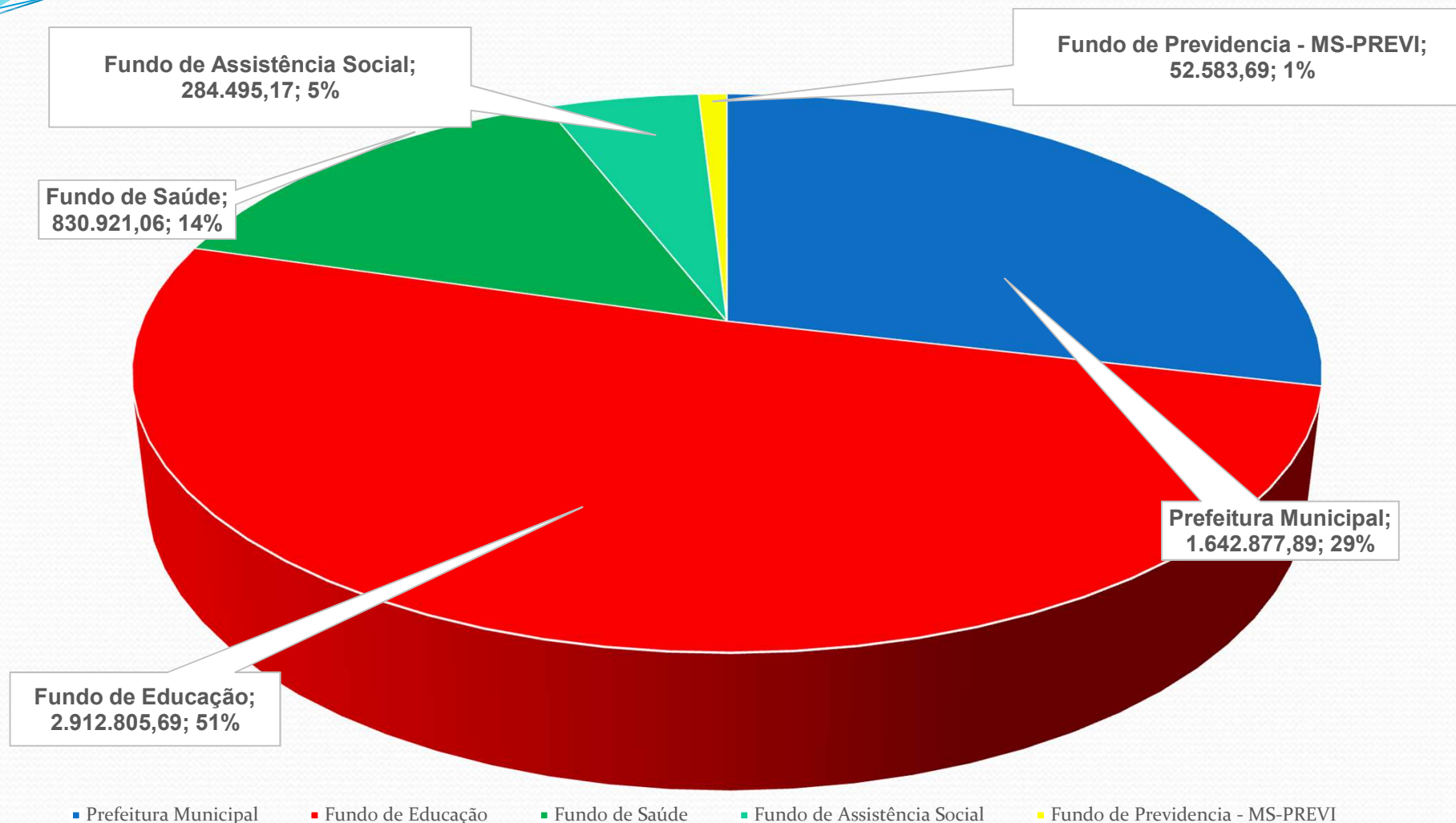
2º Semestre de cada exercício financeiro (2016 à 2021)



Evolução da Despesa com Pessoal x RCL



Despesa com pessoal por entidade (executivo)



DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA – DCL

LRF, Artigo 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II Referente aos últimos 12 meses

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL	
Receita Corrente Líquida – RCL	15.694.785,00
Limite da Dívida Consolidada Líquida 120% da RCL	18.833.742,00
Montante da Dívida Consolidada Líquida (I)	859.667,91
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	5,48%

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - Art. 29, incisos I e II, § 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 3º inciso II da Resolução 40/2001 do Senado Federal - Visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo município, como também controlar os limites de endividamento de que trata a LRF, ou seja, respeitar a relação entre dívida e sua capacidade de pagamento. O limite estabelecido para os municípios, é de 1,2 vezes à Receita Corrente Líquida - RCL, fixado no art. 3º, inc. II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal-L.C. nº 101/2000, art. 59, inc. II e IV e § 1º III.

Despesas

DESPEZA PAGA POR PODER / ÓRGÃO

PODER / ÓRGÃO	VALOR
Prefeitura de Monte Santo do Tocantins	5.871.671,24
Fundo Municipal de Educação – FME	4.449.129,83
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	848.228,22
Fundo Municipal de Saúde – FMS	2.961.417,02
FUNDO MUN. DE PREVIDÊNCIA - MS-PREVI	565.469,28
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	14.695.915,59
Transferência à Câmara	646.704,72

Despesa Paga Por Unidade

Unidade Orçamentária	Valor
GABINETE DA PREFEITA	549.704,15
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE INDUSTRIA E COMERCIO	1.163.714,45
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	1.541.287,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	378.893,53
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	1.658.244,2
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	579.827,49
Fundo de Previdência – MS-PREVI	565.469,28
Fundo Municipal de Educação – FME	4.449.129,83
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	848.228,22
Fundo Municipal de Saúde – FMS	2.961.417,0
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	14.695.915,51
Repassado FMS	1.893.539,56
Repassado FMAS	573.251,32
Repassado FME	1.303.434,65
Repassado ao Legislativo (Duodécimo)	646.704,72
TOTAL DE TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS (EXTRAS ORÇAMENTARIAS)	4.416.930,25

Resumo de Algumas Despesas Pagas 2021

Descrição das Despesas	Valor R\$
Despesa Pessoal (Vencimentos e Subsídios)	6.371.230,07
Obrigações Patronais	1.072.937,73
Serviços de Terceiros Pessoas Físicas	663.634,38
Outros Materiais de Consumo	303.652,92
Energia Elétrica	333.480,03
Água e Esgoto	16.155,23
Serviços Médicos	133.145,00
Serviços Odontológicos	156.439,99
Material Farmacológico	134.492,99
Serviços Laboratoriais	31.889,36
Serviços Funerários	22.949,00
Obrigações Tributárias e Contributivas – (PASEP)	138.993,05
Bens Moveis (Equipamentos E Material Permanente)	587.901,82
Principal da Dívida por Contrato (AMORTIZACAO DA DIVIDA)	186.992,55

REGULARIDADE DO CAUC

CHPJs Pesquisados: todos os órgãos da Administração Direta do ente federado abaixo citado

Data Pesquisa: 16/05/2022

Ente Federado: Monte Santo do Tocantins/TO

CHPJ principal: 01.613.093/0001-92 - MUNICIPIO DE MONTE SANTO DO TOCANTINS

Todos os itens atendido

O **CAUC** é um serviço que disponibiliza informações acerca da situação de cumprimento de requisitos fiscais necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal, pelos entes federativos, seus órgãos e entidades, e pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC).



DIVIDAS HERDADAS DA GESTÃO ANTERIOR

Descrição das DÍVIDAS INSCRITAS	Valor R\$
2.1.1.1.1.01.01.01.00.0000 SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS - FINANCEIRO	80.292,12
2.1.1.4.1.01.01.01.00.0000 CONTRIBUICOES AO RGPS SOBRE SALARIOS E REMUNERACOES - FINANCEIRO	39.964,88
2.1.1.4.5.98.01.00.00.0000 OUTROS ENCARGOS SOCIAIS - FINANCEIRO	11.601,60
2.1.3.1.1.01.01.01.00.0000 FORNECEDORES NAO FINANCIADOS A PAGAR - FINANCEIRO	262.464,32
2.1.8.8.1.01.02.00.00.0000 INSS	108.211,10
2.1.8.9.1.36.00.00.00.0000 VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	124.960,88
2.2.1.1.1.04.03.02.00.0000 PRECATORIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINARIO - A PARTIR DE 05052000 - NAO VENCIDOS - PERMANENTE	73.542,49
2.2.1.4.1.01.02.00.00.0000 CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - DEBITO PARCELADO - PERMANENTE	943.813,50
2.2.4.1.1.02.05.00.00.0000 PISPASEP A RECOLHER	31.491,64
TOTAL	1.676.342,53

A **dívida** surge e aumenta sempre que o governo gasta mais do que arrecada. Assim, quando os impostos e demais receitas não são suficientes para cobrir as despesas, o governo é financiado por seus credores (pessoas físicas, empresas, bancos etc), dando origem à **dívida pública**.

DIVIDAS HERDADAS DA GESTÃO ANTERIOR

Descrição das Dívidas NÃO INSCRITAS	Valor R\$
ENERGISA Tocantins	103.646,02
ATS – Saneamento	83.783,38
Precatórios e RPV's	39.882,59
Total Dividas NÃO INSCRITAS	227.311,99
TOTAL DAS DIVIDAS	1.903.654,52

Por tanto não cumprindo com Art. 98 da lei 101 LRF

Art. 98. A dívida fundada compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financeiro de obras e serviços públicos.

Parágrafo único. A dívida fundada será escriturada com individualização e especificações que permitam verificar, a qualquer momento, a posição dos empréstimos, bem como os respectivos serviços de amortização e juros.

COMENTÁRIO FINAL

Os resultados apresentados permitem concluir que a metas fixadas para a Prestação de **Contas do Segundo Semestre de 2021** foram superadas ficando aqui demonstrado o **atingimento** das metas estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, com aos índices de aplicação no **PESSOAL de 47,16%, ASPS - SAÚDE de 15,05%, EDUCAÇÃO - MDE de 28,17% e FUNDEB de 75,99%**, que requerem atenção para cumprimento dos índices no fechamento do exercício 2021.



A Assessorar esta comprometida com o resultado de seus clientes, construindo relações de parceria e confiança.

Cleydson Costa Coimbra
contatoassessorar@hotmail.com

Fone/Fax: (63) 3225-3403

www.assessorar.com.br